

*Algumas considerações
sobre o uso da categoria*
Movimentos Sociais



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DA CATEGORIA *MOVIMENTOS SOCIAIS*

RESUMO

Este trabalho discute as origens do chamado associativismo de bairro, focando os Comitês Democráticos e Populares (CDP) e as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) que os sucederam, e suas respectivas conexões com o espectro político partidário que emerge na chamada redemocratização, a partir de 1945, na cidade de São Paulo. Reflete também sobre o modo como os historiadores têm se apropriado da categoria “movimentos sociais” e quais as implicações dessa apropriação para a compreensão da chamada “república populista”.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos Sociais. Política. Associativismo de Bairro. Comunismo.

Adriano Luiz Duarte¹

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE O USO DA CATEGORIA
*MOVIMENTOS SOCIAIS*²

O surgimento das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), em plena vigência do Estado Novo, intrigou e inquietou os órgãos de segurança pública. Em fevereiro de 1945, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) fez uma investigação sobre tais organizações de bairro espalhadas pela cidade de São Paulo; constatou que já existiam dez *Sociedades de Amigos* funcionando na capital, sem qualquer registro oficial. No Tucuruvi, a Sociedade fora fundada em 25 de novembro de 1944; na Casa Verde, em 13 de maio de 1943; na Vila Maria, em 16 de agosto de 1944. O DEOPS preocupava-se com as vinculações político-partidárias dessas organizações, pois suspeitava de conexões com o ainda ilegal Partido Comunista do Brasil. Depois de alguns meses de trabalho, o investigador encaminhou seu relatório final com uma pequena nota: “Os elementos que compõem a diretoria da Sociedade de Amigos do Tucuruvi e de Vila Maria pertencem ao Partido Republicano Paulista, os da Casa Verde, são pecepistas”. Encerrou o documento com incontida surpresa “pela total ausência de membros, ou mesmo de simpatizantes, do Partido Comunista nessas entidades.”³ Além dessa informação, o investigador acrescentou um quadro com profissão dos integrantes das associações — no Tucuruvi, o presidente era advogado; o vice-presidente, médico; o secretário-geral, serventuário da Justiça; o primeiro secretário, ferroviário; o segundo secretário e o primeiro tesoureiro foram descritos como “proprietários” (pode-se pensar que talvez fossem pequenos comerciantes); o segundo tesoureiro era dentista. O conselho consultivo era composto por quatro coronéis, um major

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

² Parte deste texto foi apresentado na mesa Movimentos sociais urbanos e rurais no *Seminário Internacional Arquivo Edgar Leuenroth: história e pesquisa*, 20 maio 2010.

³ Arquivos do DEOPS, dossiê 20-J-0-6.

e um médico. Na Casa Verde e na Vila Maria, de modo geral, repetiram-se as mesmas profissões encontradas no Tucuruvi: dentistas, médicos, corretores de imóveis, farmacêuticos e, em menor número, alguns operários.

A maior dificuldade para se acompanhar a história das SABs e estabelecer seus vínculos e conexões com as demais organizações de bairros surgidas nos anos 1940 é o fato de que a grande maioria destas surgia e ressurgia continuamente. Tinham, com raras exceções, vida curta, fragmentária, intermitente⁴ e, ao que tudo indica, originaram-se dos Comitês Democráticos e Populares — esses, sim, eram organizações inspiradas e estimuladas pelo Partido Comunista. Os Comitês foram lançados como palavra de ordem do PCB depois da anistia concedida pelo governo Vargas, em abril de 1945. Seu objetivo imediato era aproximar o partido da população por meio de vínculos com potenciais eleitores nos bairros e locais de trabalho. Nada faz supor que fizessem parte de uma estratégia organizativa de longo prazo; sua finalidade parece ter sido somente a de fornecer um conhecimento abrangente sobre as condições enfrentadas pela população para, a partir daí, elaborar uma plataforma eleitoral concentrada na especificidade das condições de vida das classes populares.⁵

O funcionamento dos Comitês — que inspirou as Sociedades de Amigos — variava de bairro para bairro, assim como suas estratégias, que foram se alterando ao longo do tempo. De modo geral, promoviam a organização político-cultural nos

⁴ Exemplo disso está na notícia do *Correio Paulistano*, 24 ago. 1947, anunciando a recém-criada *Sociedade Amigos do Progresso de Casa Verde*; ou seja, a entidade, que havia sido criada em 1943, foi recriada em 1947. Por isso, há que se desconfiar das estatísticas acerca da criação dessas sociedades. Mas não deixa de ser sugestivo pensar que, do total de SABs existentes em 1970, 12,2% foram criadas entre o fim da 2ª Guerra e 1955; os 87,8% restantes surgiram depois de 1955, como sugeriu MOISÉS, J. A. *Classes populares e protesto urbano*. 1978. Tese (doutorado). Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1978. p. 184. Moisés apontou também a existência de uma SAB na Vila Jaraguá, Lapa, ainda na década de 1920 (Id., p.171).

⁵ Analisei os comitês em “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n° 42, p. 195-219, jul/dez 2008.

bairros populares, estimulando campanhas para reivindicação de postos de saúde, bibliotecas públicas, farmácias populares, cursos de alfabetização; combatiam ferozmente o açambarcamento, o câmbio negro e a burla do tabelamento de gêneros de primeira necessidade; promoviam debates sobre problemas econômicos e sociais do Brasil, programas dos partidos políticos, candidaturas para o legislativo municipal, estadual e federal; além disso, incentivavam o intercâmbio com as demais organizações locais. São consideráveis os indícios de que a cassação do registro do PCB, em maio de 1947, levou muitos dos antigos membros dos Comitês a se refugiarem nas SABs, a fim de evitarem as perseguições e dar continuidade à ação política; os arquivos do DEOPS/SP sugerem que fenômeno semelhante aconteceu após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968. Seja como for, a história dos Comitês e das SABs parece umbilicalmente ligada, pois, sem dúvida, os Comitês conferiram um caráter mais popular e politizado à organização das Sociedades, onde estas já existiam. Com a ilegalidade do Partido Comunista, as SABs colheram os frutos da enorme visibilidade criada pelas “questões do bairro”, que os Comitês haviam proporcionado.⁶ Desde o início, ambos estiveram profundamente imbricados nas teias das organizações político-partidárias, e é exatamente a partir das configurações partidárias, das disputas e dos conflitos políticos daí originados que se pode elucidar não apenas o surgimento, mas a trajetória destas entidades.

Não é fácil mapear as conquistas que podem ser atribuídas à atuação específica das SABs. Além da existência fragmentada, o próprio modo como negociavam fazia com que as reivindicações e demandas se diluíssem e fossem tragadas para os “esforços” dos políticos e dos partidos que as encampavam. Uma exceção nessa intermitência é a Sociedade Amigos de Vila Gumercindo que, em novembro de 1992, comemorou quarenta anos de existência ininterrupta. Os festejos começaram numa sexta-feira, dia 6 de novembro, com um baile, um enorme bolo de aniversário,

⁶ Em entrevista com João Bezerra dos Santos, operário têxtil e membro do diretório da UDN da Mooca, perguntei: “O sr. nunca fez parte de Sociedade de Amigos de Bairro?” Ele respondeu: “Não, nunca fiz, porque isso era uma ramificação dos comunistas!”. João Bezerra dos Santos: entrevista [junho 2000]. Entrevistador: Adriano Luiz Duarte, São Paulo, 2000.

e estenderam-se por uma semana.⁷ Num folheto comemorativo, foram enumeradas oitenta conquistas decisivas para a vida do bairro atribuídas à intervenção da entidade, como retificação do Riacho do Ipiranga; extensão da rede de água e esgoto a todas as ruas do bairro; pavimentação de mais de quarenta ruas; construção de escolas, parques infantis e creches; extensão da coleta de lixo domiciliar a todas as casas; iluminação pública de todas as ruas; instalação do centro de saúde; criação de linhas de ônibus; instalação de feiras-livres; construção de praças; instalação de telefones públicos; criação de uma biblioteca circulante, de cursos de judô, ginástica, ioga, balé, corte e costura, inglês, capoeira, arte culinária, pintura em tecido e tela, tricô, crochê, assim como um curso de alfabetização de adultos (que funcionou por mais de seis anos) e uma horta comunitária; organização de centenas de excursões; promoção de festas cívicas e artísticas.⁸ As SABs atuavam em quase todos os aspectos da vida social, política e cultural dos bairros, tinham a iniciativa para grandes e pequenas melhorias materiais e se envolviam também com o movimento sindical.⁹ O que marcava a diferença entre os Comitês e as SABs era a pluralidade social na composição destas, bem como o modo de encaminhar suas reivindicações. Os Comitês, por conta de seus vínculos com o PCB, geralmente promoviam abaixo-assinados e petições junto aos órgãos competentes do poder público municipal ou estadual, acompanhados de passeatas e visitas coletivas, sempre com estardalhaço, pois tinham evidente papel pedagógico de mobilização popular e necessidade de grande visibilidade. Para as SABs, a mobilização

⁷ No sábado, houve serenatas pelas principais ruas do bairro. No domingo, inaugurou-se uma exposição de fotos sobre o papel da SAVG na história do bairro e uma exposição de pinturas realizadas pelos alunos da escola mantida na sede da Sociedade. Houve a premiação do concurso literário *Vida de bairro, vida gostosa*, uma missa solene e as esperadas homenagens a todas as antigas diretorias da entidade, seguida de um lauto coquetel. Na quinta-feira seguinte, dia 12, foi organizado um jogo de futebol como parte das comemorações. O evento foi encerrado no sábado, com a apresentação do Trio Musical da Casa de Portugal. Todas as comemorações tiveram lugar na própria sede da SAVG.

⁸ Folheto comemorativo dos 40 anos da Sociedade Amigos de Vila Gumercindo, p. 20-24.

⁹ Para mais informações, ver DUARTE, A. L. *Neighborhood Associations, Social Movements and Populism in Brazil, 1945-1953. Hispanic American Historical Review* 89:1.

coletiva não era a questão mais importante, pois, pelos mecanismos da lógica clientelística, interessava que as benfeitorias aparecessem como dádivas ou doações dos políticos generosos que intermediavam as negociações. Assim, com os mesmos abaixo-assinados e petições, faziam o percurso até o poder público, quase sempre por intermédio de algum vereador, deputado ou diretório político, não importando a afiliação partidária.

Como se vê, SABs e Comitês eram parte de uma rede que compunha um fortíssimo e multifacetado *movimento social* no pós-guerra, que incluía também outras organizações de bairro, como clubes de futebol, dança, associações musicais. Entretanto, a partir da década de 1970, quando os movimentos sociais se tornaram importante objeto de estudo e alcançaram a academia, essas organizações populares que, entre as décadas de 1940 e 1950, encenaram as duras batalhas pelo direito de *falar* e de *agir* e pelas melhorias urbanas, não foram nomeadas pelas principais correntes de investigação como *movimentos sociais*. Na melhor das hipóteses, apareceram sob a rubrica “antigos movimentos sociais”. Decisivo para isso foi o fato de os movimentos sociais terem sido saudados como portadores de uma novidade expressa em duas noções complementares: *autonomia* e *espontaneísmo*, em face dos partidos políticos e do Estado.¹⁰ Por esse ponto de vista, somente adquiriam visibilidade e existência sob a lógica do populismo; dito de outro modo, a ação do associativismo de bairro seria limitada, dependente do Estado e submetida aos interesses de políticos carismáticos.¹¹

¹⁰ Ver: Grupo de estudos sobre a construção democrática. Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. *Idéias: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano V (2), n 6 (1), 1998/1999.

¹¹ “(...) a diferenciação básica não é entre os novos movimentos sociais (questões como gênero, raça, sexo, ecológicos etc.) e antigos (movimento operário clássico), como na Europa; a diferença é entre novos (lutas pela moradia e equipamentos coletivos em geral) e antigos movimentos populares (tipo sociedades amigos de bairros), onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista. Observa-se que a diferenciação básica se dá na forma de fazer política, porque as articulações sempre existiram, tanto nos antigos como nos novos. Relações com a igreja, partidos e sindicatos sempre existiram, mas nos movimentos contemporâneos, a relação é de outra natureza. As práticas e os repertórios também se alteraram”. In: GOHN, M. da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000, p. 228.

Porém, o associativismo que emergiu no pós-guerra não cabia nessa lógica interpretativa da década de 1970, pois viveu de forma singular essa dupla referência. Para este, *autonomia* não significava manter-se imune às influências políticas externas, mas transitar por todas, sem se perder em apenas uma; já o *espontaneísmo* estava ligado a um forte senso de oportunidade, pelo qual era necessário reagir e aproveitar todos os estímulos e as possibilidades de ação, independentemente de suas origens ideológicas ou partidárias.

Essa distinção entre *novos* e *antigos* resulta — no caso brasileiro — do contexto de oposição ao regime militar e da perplexidade diante dos movimentos sociais que emergiam naquele momento, assim como da desqualificação das organizações que, supostamente, não teriam sido capazes de resistir à avassaladora interferência do Estado e dos partidos políticos entre os anos 1930 e 40. Além disso, com sua adesão às práticas clientelistas e submissão aos líderes carismáticos, tais movimentos sociais teriam contribuído para as limitações estruturais da “república populista” e, pior ainda, para seu desfecho na ditadura militar.

Contudo, em meados dos anos 1980, já se evidenciavam os limites dessa interpretação. Os movimentos sociais que emergiram na década de 1970, sob a égide da “autonomia” e do “espontaneísmo”¹², já encenavam um acentuado refluxo, no qual se percebia uma clara tendência à institucionalização — fosse numa convergência para o Estado, fosse numa subsunção aos reestruturados partidos políticos de variados matizes. Em parte, isso se deu pela própria dinâmica interna dos movimentos sociais, assim como pela transformação do contexto político: “cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e as agências públicas em geral, por outro. Começa a haver um fenômeno que foi muitas vezes chamado de

¹² Há que se considerar que os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 não foram tão espontâneos e autônomos, afinal, nasceram na órbita da *Igreja Popular* das CEBs, animados por líderes partidários de esquerda que não aderiram à luta armada. Da mesma forma, os Movimentos do Custo de Vida. A melhor descrição dessa origem continua sendo Eder Sader, in: *Quando novos personagens entrem em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

cooptação”.¹³ Ou seja, os *novos movimentos* sociais estavam ficando cada vez mais parecidos com os *antigos*. Essa inflexão produziu, nos anos 1980, o desabafo de Eder Sader, ao reconhecer que “o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70 sofreu uma derrota. E é por isso que hoje suas promessas são vistas frequentemente como ilusões, mistificações, erros de avaliação”.¹⁴ Sader atenuava a constatação dessa “derrota” sugerindo que os *novos movimentos* eram portadores de promessas inovadoras no cenário político nacional. Contudo, as interpretações acadêmicas, premidas pelas necessidades imediatas da política, haviam se iludido quanto ao seu potencial. O que há de sugestivo nessa avaliação é que os movimentos sociais são respeitados em suas peculiaridades e limitações, e os equívocos são remetidos à supervalorização das interpretações da própria militância política e as da investigação acadêmica. Entretanto, essa “percepção do fracasso” não produziu estudos empíricos acerca dos movimentos sociais anteriores à década de 1970. Como consequência, todas as experiências e práticas políticas e sociais — do bairro, dos sindicatos, entre outros — foram jogadas no caldeirão desqualificador do populismo, onde continuam, com poucas exceções, submersas.

Tudo indica que perdemos alguma coisa ao não nomear os Comitês e as SABs como movimentos sociais. Por um lado, não percebemos a continuidade entre estes e o que se convencionou denominar *novos movimentos sociais* — continuidade que os registros do DOPS sugerem; por outro, não percebemos a longa — e nada subterrânea — tradição de associativismo de bairro. Essas duas perdas suscitam uma questão: em que medida o modo como se incorporou a noção de movimentos sociais aos estudos históricos contribuiu para esse esquecimento?

De modo geral, é difícil encontrar uma definição de movimentos sociais elaborada por historiadores.¹⁵ O conceito

¹³ CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1994.

¹⁴ SADER, op. cit., p. 314.

¹⁵ Os comentários a seguir baseiam-se em MEKSENAS, P. e DUARTE, A. L. História e movimentos sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo do conhecimento. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 1, p. 119-139, 2008.

tornou-se recorrente em período muito recente. Possivelmente, a primeira grande referência na historiografia está no livro *Rebeldes Primitivos*, de Eric Hobsbawm, cujo subtítulo é *Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Nesse livro, de 1959, entende-se por *movimentos sociais* as iniciativas de trabalhadores industriais urbanos, assim como as múltiplas formas de protesto da “vontade popular”, em diferentes épocas e por diferentes grupos sócio-profissionais; sua importância advém do caráter radical e de massa, ou de eventos caracterizados pela presença da multidão nas ruas, não importando sua intenção e ideologia — esquerda ou direita — nem sua capacidade de provocar reação na sociedade. Na mesma categoria, aparecem os movimentos milenaristas e os banditismos sociais, como a máfia.

Já num texto de 1972, *Da história social à história da sociedade*, Hobsbawm define movimentos sociais como o estudo de conflitos sociais, tumultos e revoluções, num claro “retorno” ao marxismo da primeira metade do século XX, como sinônimo de uma transformação radical e profunda da sociedade. Segundo o autor, o maior desafio para os historiadores continua sendo o estudo dos *comportamentos de classe* e, sobretudo, as manifestações da *consciência de classe*. Ele alerta, também, sobre o risco de tomarmos as revoluções como acontecimentos isolados dos contextos em que elas ocorrem; de privilegiarmos manifestações que só ocorrem em momentos de transformação revolucionária; e de ignorarmos os movimentos cujos participantes não se manifestem com a linguagem articulada dos documentos escritos. Ou seja, por *movimentos sociais* não podemos admitir apenas os eventos do *conflito social*, pois isso nos levaria a pensar os movimentos sociais como movimentos *contra* alguma coisa. E no caso de movimentos *a favor* ou *em defesa* de alguma causa? Fica claro que continua havendo uma enorme dificuldade no estudo dos movimentos sociais. Para o estudo dos movimentos sociais, tanto a economia quanto a sociologia não eram modelos bons o suficiente, pois ambas se desenvolveram sem uma preocupação central com a mudança/permanência no tempo.

Em 1986, a revista francesa *Le Mouvement Social* apresentou um balanço de suas publicações e concluiu que, até 1968, sob a rubrica *movimentos sociais*, o tema predominante foi história do movimento operário. Entretanto, desde então, essa área de estudos entrou, progressivamente, em declínio e, desde os anos

1980, o tema do movimento operário é marginal nas páginas da revista. Passaram a predominar trabalhos ligados à história política, história da ação patronal ou história do Estado.

Em 2002, no número comemorativo *L'histoire sociale en mouvement*, a revista fez um novo balanço. O editorial, redigido por Patrick Fridenson, foi iniciado com uma pergunta: afinal, qual é “*notre nouvelle place dans l'atelier de l'histoire sociale et culturelle?*” Em seguida, há uma cuidadosa descrição – intitulada *Caminhos* — sobre os temas publicados na revista entre as décadas de 1990 e 2000: cultura, meio ambiente, Estado, guerra, literatura, nação, Oriente, patrimônio, política, proteção social, sexualidade, território, teoria, trabalho e urbanismo. O editorial não se furtou a um comentário específico sobre cada uma dessas grandes áreas — expectativas quanto a estas, suas transformações, novas questões incorporadas — e sobre o que havia sido, paulatinamente, deixado de lado em cada uma das áreas específicas. Seja qual for o caminho específico, fica evidente que o tema dos movimentos sociais continua se expandindo, abarcando novas temáticas e indagações que o presente tem dirigido ao passado.

Nesse sentido, é possível perceber a dificuldade do historiador que se atreve a uma definição suficiente e plausível de movimentos sociais. O conceito parece ter consistência gelatinosa, a escapar pelos dedos quanto mais se tenta delimitá-lo. Isso nos coloca diante de um paradoxo, já que é como tema historiográfico que *movimentos sociais* têm ocupado um lugar privilegiado na produção historiográfica, desde, pelo menos, os anos 1960, assim como na formação de diversas linhas de pesquisa acadêmica. Não é muito fácil explicar o que teria acontecido nos três momentos distintos da revista *Le Mouvement Social*, a ponto de provocar essa mudança de foco: até 1968, dirigia-se ao movimento operário; de 1968 a 1986, à história política, história da ação patronal e história do Estado; após 2002, há uma profusão de “novos temas”. A despeito das línguas nacionais e de suas especialidades metodológicas e temáticas, a comunidade de historiadores e cientistas sociais está mais conectada nos últimos quarenta anos do que jamais esteve — e meios de comunicação como a internet têm facilitado esse contato, tanto quanto os eventos transnacionais e o crescente interesse pela história comparada. Portanto, podemos considerar, também, a hipótese de que as mudanças que ocorreram em *Le Mouvement Social*

expressam mudanças mais gerais no campo da história. Nesse sentido, o impasse que Maio de 1968 provocou — na França e fora dela — para certa tradição de esquerda ancorada na leitura estruturalista da história, pode ter colocado a *história política* novamente em cena, bem como a preocupação em se entender o “outro lado” da luta de classes: a ação patronal. Situações como a luta pelos direitos civis nos EUA, os protestos contra a Guerra do Vietnã, a contracultura e a emergência dos debates ligados à especificidade dos movimentos negro, feminista e *gay*, assim como a crise do estruturalismo, colocaram o tema da *ação humana* no centro dos debates acadêmicos. E não foram apenas os debates *intramuros* que modificam os rumos das disciplinas: no caso específico do Brasil, as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, em 1978, tiveram um impacto político profundo, com uma questão crucial a responder: como a *agência humana* faz sua aparição na história, onde ela se gesta, como articula o geral e o específico? É nesse sentido que as mudanças observáveis em *Le Mouvement Social* falam também sobre nós.

Mas parece haver mais em jogo. Já se sugeriu que as décadas de 1970 e 1980 foram décadas de mudança de paradigmas. Se a noção de *antigos movimentos sociais* é tributária de certa tradição marxista, preocupada com os processos históricos globais e a luta de classes — expressos em categorias como contradição, luta, experiência, consciência de classe, reprodução da força de trabalho, Estado etc. —, os chamados *novos movimentos sociais* emergiram mais preocupados com o âmbito local, os microprocessos cotidianos, e suas categorias básicas seriam cultura, identidade, autonomia, subjetividade, representações, etc.¹⁶ O que parece ter norteado essa mudança de paradigma foi a recusa do marxismo como explicação suficiente para a ação coletiva na sociedade contemporânea e a consequente busca por uma noção de cultura, dirigida a sujeitos plurais, e da construção de novas identidades, cuja ação se dirigiria prioritariamente ao campo da política e não ao da tomada do poder. O que parece ter sido deixada de lado, afinal, foi a ênfase na noção de luta de classe, e o que dela deriva, como instrumento interpretativo. Desse modo, a noção de consciência de classe — e

¹⁶ Essa distinção está detalhada em GOHN, op. cit., p. 121-122.

seus desdobramentos — perde a importância que tinha na consideração dos movimentos sociais.

Mas o paradigma denominado *novos movimentos sociais* responde à emergência dos novos atores políticos, plurais e descentrados e às mudanças na estrutura das ações coletivas, resultado da mudança geral da sociedade que eles supõem? Ou trata-se de uma forma específica de abordar essas transformações? Dito de outro modo: o uso do referencial *novos movimentos sociais* expressa novas formas de organização coletiva ou, mais especificamente, denota novas construções analíticas para se lidar com formas tradicionais de organização coletiva? A longa tradição de estudos sociológicos parece apontar para ambas as direções. Num caso ou no outro, é possível constatar que se deslocaram da cena as noções tributárias do marxismo: contradição, luta e experiência. Esse conjunto de transformações, seja como mudança nas formas de organização, seja como nova construção analítica, está relacionado a uma mudança mais geral da sociedade que poderia ser denominada, na falta de uma referência mais precisa, pós-modernidade. Categorias como classe e consciência de classe cedem seu lugar a determinação cultural e linguística. Eric Hobsbawm apontou a conexão dessa mudança de paradigma com as transformações gerais da vida coletiva cuja expressão ideológica é dada por um conjunto de teorias que vão do extremo liberalismo à pós-modernidade:

A política de identidades em geral étnica/nacional ou religiosa, e em movimentos militantemente nostálgicos que buscavam recuperar uma hipotética era passada de ordem e segurança sem problemas. Tais movimentos eram mais gritos de socorro que portadores de programas – gritos de socorro) pedindo um pouco de “comunidade” a que pertencer num mundo anômico; um pouco de família a que pertencer num mundo de seres socialmente isolados; um pouco de refúgio na selva.¹⁷

¹⁷ HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 334-5. No Brasil, uma importante questão a ser esclarecida é o papel desempenhado pela Igreja Católica e as chamadas Comunidades Eclesiais de Base nesse processo de mudança.

O que parece claro, depois desse percurso, é que *movimentos sociais* aparecem como tema e conceito muito mais da sociologia e da ciência política que da história. Os historiadores, de modo geral, não têm se preocupado em definir o que entendem por movimentos sociais, mesmo que façam uso do conceito com crescente frequência. Isso reforça a necessidade de o diálogo interdisciplinar de historiadores e cientistas sociais tornar-se uma prática cotidiana na constituição de um campo de conhecimento dos movimentos sociais. Parece claro, também, que diante das exigências do nosso presente, a noção de movimentos sociais deve ser entendida em relação à *teoria dos direitos*, portanto, às ideias de *políticas públicas*, *sociedade civil* e *cidadania*. Hoje, não é possível pensar em *movimentos sociais* sem pensar em *política*. Jacques Rancière, num livro muito estimulante chamado *O Desentendimento*, argumentou que “existe política quando a ordem natural dos reis pastores, dos senhores de guerra ou das pessoas de posse é interrompida por uma liberdade que vem atualizar a igualdade última na qual assenta toda ordem social”.¹⁸ Ou, dito de outro modo,

Existe política quando a contingência igualitária interrompe como “liberdade” do povo a ordem natural das dominações (...), existe política quando pela lógica supostamente natural da dominação perpassa o efeito dessa igualdade. Isso quer dizer que não existe política sempre.¹⁹

A política não seria um dado pronto e acabado, ela seria um fenômeno histórico. Mas o que faria a política acontecer? Em *A condição humana*, Hannah Arendt sugere que existe política por conta de duas prerrogativas eminentemente humanas: *ação* e *palavra* — e a esfera pública seria o *locus* no qual se formam e se transformam a *ação comum* e a *palavra coletiva*. A esfera da política não seria uma esfera natural, mas um espaço historicamente determinado, sujeito à *configuração* e ao *esvaziamento*, à conquista

¹⁸ RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 31.

¹⁹ *Ibid.*, p. 32

²⁰ ARENDT, H. *A condição Humana*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

e à perda. E, para as classes populares, como diz a própria autora, “só dura um piscar de olhos”.²⁰

De um ponto de vista mais concreto, é possível dizer que o tema dos movimentos sociais não se separa do tema da política, uma vez que toda a vida social — tanto doméstica quanto pública — é sempre ritualizada. E o rito cumpre determinada função. Cabe ao historiador compreender/descrever qual é essa função, essa ritualização da vida que nos remete à idéia da teatralização do exercício do poder. E a noção de *teatro*²¹ está diretamente relacionada ao conceito gramsciano de hegemonia – que é o modo como determinado grupo obtém o consentimento para o exercício do seu domínio. Mas o *teatro do poder* e os *rituais da hegemonia* produzem, sempre, um *contra-teatro* e um *contra-rito*. E o que são os *movimentos sociais*, afinal, partindo de uma *história social*, de uma história preocupada com “os de baixo”, senão o exercício contínuo — pela ação e pela palavra — da construção de contraritos e contra-teatros, contestando, questionando e indagando o poder em tempos de modernidade?

²¹ Para uma discussão acerca das noções de ritual e teatro, ver THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, A. e SILVA, S. (orgs.) Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 238-9.

SOME CONSIDERATIONS ABOUT THE USE OF THE SOCIAL MOVEMENT CATEGORY

ABSTRACT

This paper addresses the origins of neighborhood associations focusing on the democratic and popular committees (CDP) and their successors, the neighborhood friends' societies (SABs), discussing their respective connections with the party-political spectrum that emerged in the so-called redemocratization since 1945 in São Paulo city. Another issue addressed here is how historians have been using the *social movement* category and possible implications of this use when we try to understand what is known as *populist republic*.

KEYWORDS

Social Movements. Politics. Neighborhood Association. Communism.



Da esquerda para a direita: Botino, João Rojo, Edgard Leuenroth, Justino Salguero, Benedito Romano e Nicola Dalbenzio. Nossa Chácara, Congresso Nacional Anarquista [Itaim, SP, 1959].
(Acervo Família Leuenroth; Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo, foto reproduzida n. 15.)